



RAÍZES DA DEMOCRACIA EDUCATIVA E RACIAL: HISTÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Elisandra Rodrigues de Medeiros ¹

RESUMO

O processo de luta para a democratização educativa para estudantes negros no Brasil não se deu com o advento das cotas raciais. Esse movimento iniciou muito antes e foi marcado por ferrenhas batalhas políticas e institucionais, sendo parte da história da educação brasileira. Dada a relevância desse tema para a comunidade científica, este artigo buscou discorrer sobre a história do Movimento Negro no Brasil, destacando sua importância para a educação.

Palavras-chave: Movimento Negro no Brasil; Educação; Democratização Educativa.

RESUMEN

El proceso de lucha por la democratización educativa de los estudiantes negros en Brasil no tuvo lugar con el advenimiento de las cuotas raciales. Este movimiento comenzó mucho antes y estuvo marcado por feroces batallas políticas e institucionales, siendo parte de la historia de la educación brasileña. Dada la relevancia de este tema para la comunidad científica, este artículo buscó discutir la historia del Movimiento Negro en Brasil, destacando su importancia para la educación.

Palabras clave: Movimiento Negro en Brasil; Educación; Democratización educativa.

ABSTRACT

The process of struggle for educational democratization for black students in Brazil did not take place with the advent of racial quotas. This movement began much earlier and was marked by fierce political and institutional battles, being part of the history of Brazilian education. Given the relevance of this theme to the scientific community, this article sought to discuss the history of the Black Movement in Brazil, highlighting its importance for education.

Keywords: Black Movement in Brazil; Education; Educational Democratization.

INTRODUÇÃO

Faz-se necessário conhecer a história do movimento negro no Brasil para que se torne possível a compreensão dos debates sobre igualdade, justiça e democracia, temas esses que trazem toda uma polêmica e discussão no Brasil contemporâneo. Principalmente quando se trata das políticas de ações

¹ Doutora em Educação pela Universidad Interamericana – PY.
E-mail: elisandra918@gmail.com



afirmativas para negros, políticas que ganharam mais visibilidade a partir das implementações das cotas raciais para negro nas universidades públicas.

Os movimentos negros politicamente organizados há séculos lutam e buscam, por seus direitos civis para que sejam garantidos, apresentam-se como temas e pautas de discussão, que só entram em nossa sociedade em função da atuação do movimento negro.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é discutir o surgimento das organizações negras, os aspectos históricos e a trajetória de algumas das suas organizações, a imprensa ou jornais que contribuíram para essa construção de pensamento, o Teatro, as etapas que o movimento negro no Brasil passou os líderes e as bandeiras levantadas em pauta por eles, mostrando que não é de agora que os negros Brasileiros lutam por educação, inclusão social, e igualdade racial.

Sua formação engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e melhores condições de vida para a população negra, seja por estratégias políticas, de iniciativas educacionais, e práticas culturais.

O movimento negro contemporâneo se organiza em torno da questão racial no Brasil no final do século XIX até meados do século XX. Neste capítulo será relatado o início do movimento negro, alguns apontamentos históricos e suas influências, o movimento contemporâneo e suas discussões e reivindicações, dividindo-se nos períodos de 1889-1937 primeira fase, 1945-1964 segunda fase e 1970-2000 terceira fase, e como avançou até os dias atuais.

PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Em 1889, foi proclamada a República no Brasil, um ano após a abolição da escravidão, surge um novo sistema político, nenhum planejamento houve, no sentido de assegurar ganhos materiais ou simbólicos para a população negra. O contrário foram estes, segundo Andrew (1991, p. 32) na obra *O protesto Político Negro em São Paulo*, que os negros:



Foram marginalizados, seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e às outras formas de participação política, seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da teoria do branqueamento, economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus. (ANDREW. 1991, p. 32).

Com a necessidade e na tentativa de reverter esse quadro de marginalização os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, surgindo assim dezenas de grupos como grêmios, clubes ou associações em alguns estados da nação.

Segundo Andrews (1991) em São Paulo, aparecem o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos em 1902; o Centro Literário dos Homens de cor 1903; a Sociedade Propugnadora 13 de Maio 1906; O Centro Cultural Henrique Dias 1908; A Sociedade União Cívica dos Homens de Cor 1915; A Associação Protetora dos Brasileiros Pretos 1917 no Rio de Janeiro; O Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas RG, A Sociedade Progresso da Raça Africana 1891; em Lages SC, O centro Cívico Cruz e Souza 1918.

Em São Paulo o grêmio negro mais antigo nesse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores foram: o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926 de objetivos assistencialistas, recreativo e cultural. Conseguindo agregar um Número considerável de homens de cor, termos utilizados na época para os negros e algumas tiveram como base de formação determinadas classes de trabalhadores negros, os ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical.

Simultaneamente, começa a surgir a imprensa Negra, os jornais publicados por negros, eles tinham a necessidade de terem uma imprensa alternativa que transmitisse informações que não se obtinha em outra parte, que transmitisse questões de seus interesses, em São Paulo o primeiro foi jornal a Pátria, de 1899, tendo como subtítulo órgão dos homens de cor, o combate, em 1912, o Menelick em 1915, O Bandeirante, em 1918, o alfinete e a Liberdade sendo os dois em 1918, a Sentinela em 1920, um dos principais o Clarim da Alvorada, foi lançado em 1924, sobre direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar.

Alguns Apontamentos Históricos que até 1930 contabilizava-se a existência de pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo, conseguindo, assim reunir um número representativo de pessoas para empreender a batalha



contra o racismo, assim surgiram vários outros jornais em outros estados como mostra Domingues (2007, p.105) “a Raça 1935, em Uberlândia/MG, o União1918, em Curitiba/PR, O Exemplo 1892, em Porto Alegre/RS, e o alvorada, em Pelotas/RS”, esse período foi o de maior longevidade da imprensa negra no País. Esses jornais faziam denúncias sobre a realidade e exclusão da população negra no âmbito do trabalho, habitação, educação e da saúde, da segregação racial que inicia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, tornando-se um instrumento e tribuna essencial, para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade Brasileira.

A partir de 1930, o movimento negro deu um salto qualitativo, com a fundação, em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a sucessora do centro Cívico Palmares, de 1926. Sendo a primeira organização política negra com reivindicações políticas mais deliberadas na primeira metade do século XX. Para Domingues (2007, p.105) “uma das mais importantes do país, com delegações, espécies de filiais em diversos estados, arregimentou milhares de pessoas de cor negra”. Fazendo com que o movimento negro brasileiro se tornasse de massa, chegando a ter uns vinte mil associados, essa fundação da Frente Negra Brasileira teria sido uma resposta ao mito da democracia racial que ganhou força com a publicação do livro Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire, em 1933, criando um dos pilares da nossa identidade nacional. A FNB repassou por alguns pensamentos e ideologias citadas abaixo, como nos mostra Amilcar Araujo Pereira na sua obra O mundo negro relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo:

Primeiro os Líderes da FNB conduziam o negro a lutar contra o branco, demonstrando a condição de inferioridade social em que viviam em consequência da opressão e da discriminação do branco. No segundo momento, os Líderes consideravam que a luta devia dirigir-se não diretamente contra o branco, mas contra o negro antagonista do próprio negro, os dirigentes do movimento considerando a ignorância e o sentimento de inferioridade como geradores de antagonismo entre negros, passaram a empenhar-se em enaltecer a raça, em promover a educação e desenvolver a instrução. Com a elevação do nível intelectual e moral, os líderes teriam almejado desenvolver laços de solidariedade e impor-



se ao branco, para cuja finalidade se constituir em entidade política (PEREIRA, 2013, p. 113).

O objetivo era de desenvolver na população negra comportamentos, que a organizassem como uma minoria racial na ordem vigente e desencadear comportamentos que acelerassem a integração do negro à sociedade de classes.

Vale lembrar o contexto histórico no qual está inserida a criação da FNB, na medida em que ela se dá logo após a revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas, que enfraqueceu as oligarquias cafeeiras paulistas no cenário político nacional, e só havia se passado apenas quarenta anos desde o fim da abolição da escravidão, mesmo sendo dentro desse contexto, a Frente Negra Brasileira obteve algumas conquistas sociais importantes, assim Pereira (2013, p. 118) nos mostra que:

A inclusão de afro-brasileiro nos quadros da guarda o civil de São Paulo, antiga aspiração dos negros paulistas. O corpo administrativo da guarda civil de São Paulo era composta, na sua maioria, por imigrantes e negavam a admissão de afro-brasileiros aos quadros dessa instituição. Recebidos em delegação pelo então Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas os representantes da FNB apelaram ao presidente e Vargas, então, adotou a Guarda o imediato alistamento de 200 recrutas afro-brasileiros. Nos anos trinta cerca de quinhentos afro-brasileiros ingressaram nos quadros dessa instituição, com um deles chegando a ocupar o posto de Coronel.

A instituição cresceu bastante desenvolvendo um considerável nível de organização mantendo escola, teatro, grupo musical, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação políticas, de artes e ofícios como também publicou o jornal, a Voz da Raça. Segundo depoimento do antigo ativista Francisco Lucrécio, citado por Domingues (2007) no artigo “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos”:

As mulheres eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente Negra havia muitas mulheres, elas que faziam todo movimento e assumiam diversas funções como, por exemplo, a Cruzada Feminina, mobilizava as negras para realizar trabalhos assistenciais, outra comissão as Rosas Negras organizavam bailes e festivais artísticos (2007, p.106).



Em 1936, a Frente negra brasileira FNB, transformou-se em partido político e pretendia participar das eleições, mostrando o poder que o movimento negro organizado dispunha no cenário político institucionalizado brasileiro.

Com a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937, a Frente Negra Brasileira FNB, assim como todas as demais organizações políticas foram extintas. Esse movimento foi esvaziado, vale salientar que além da FNB surgiram outras entidades que se destacaram como: o Clube Negro de Cultura Social 1932, e a Frente Negra Socialista, 1932 em São Paulo; a Sociedade Flor do Abacate, no Rio de Janeiro; a Legião Negra 1934 em Uberlândia/MG e a Sociedade Henrique Dias 1937 em Salvador, os anos no estado novo de 1937-1945 foram caracterizados por violenta repressão política, inviabilizando qualquer movimento contestatório.

SEGUNDA FASE DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Após a queda da ditadura Vargas, novamente ressurgiu na cena política do país o movimento negro organizado sendo a segunda fase do movimento negro do período de 1945 a 1964 ressurgiu mais forte na concepção de Domingues (2007, p. 108):

Primeiro a discriminação racial aumentava e se ampliava aos mercados de competição, segundo os preconceitos e estereótipos continuavam a perseguir os negros, terceiro continuava a grande parte a população de cor marginalizada em favelas, mocambos, alagados trabalhando na agricultura de subsistência.

Nessa época segundo Domingues (2007) um dos principais agrupamentos foi a União dos “Homens de cor”² UHC, também intitulada por Uagacê, foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943. Essa entidade tinha como finalidade elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social.

A União dos Homens de Cor era constituída por uma estrutura organizada, tinha presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe de departamentos de saúde e educação, consultor jurídico e conselheiro ou diretores. Na segunda metade da década de 1940 ela possuía representantes em vários

² Termo utilizado entre a década de 40 e 50 no Brasil para designar os negros (Grifos da Autora).



estados da federação, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná, estando presente em inúmeros municípios do interior só no estado do Paraná a UHC mantinha contato com vinte e três cidades.

Sua atuação marcava-se pelos debates na imprensa local, publicações de jornais próprios, serviço de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais. No início da década de 1950, representantes da UHC foram recebidos em audiência pelo então presidente Getúlio Vargas, ocasião em que lhe foi apresentada uma série de reivindicações a favor da população de cor, no Rio de Janeiro, os dirigentes da entidade tornaram-se proeminentes, seja no ativismo seja na vida pública é o exemplo de José de Bernardo da Silva, eleito deputado federal por dois mandatos consecutivos a partir de 1954.

Outra instituição que surgiu no final do Estado Novo, na segunda fase do movimento negro foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944, no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento (1978) com os seguintes objetivos:

Resgatar os valores da cultura africanos preconceituosamente marginalizados à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante; através de uma pedagogia estruturada no trabalho de arte e cultura, tentar educar a classe dominante “branca”, recuperando-a da perversão etnocentrista de se autoconsiderar superiormente europeia, cristã, branca, latina e ocidental. Erradicar dos palcos brasileiros o ator branco maquilhado de preto, norma tradicional quando o personagem negro exigia qualidade dramática do intérprete, tornar impossível o costume de usar o ator negro em papéis grotescos ou estereotipados: como moleques levando cascudos, ou carregando bandejas, negras lavando roupas ou esfregando o chão, mulatinhas se requebrando, domesticados Pais Joões e lacrimogênea Mãe Preta, e desmascarar como inautênticas e absolutamente inúteis à pseudocientífica literatura que focalizava o negro, como um exercício esteticista ou diversionista (NASCIMENTO, 1978, p. 129).

O Teatro Experimental do Negro iniciou convocando para seus quadros pessoas originárias das classes mais sofridas pela discriminação como nos mostra Nascimento (1978, p.129), “os favelados, as empregadas domésticas, os operários desqualificados, os frequentadores de terreiros”, com essas pessoas o (TEN) educou, formou e apresentou os primeiros intérpretes dramáticos da raça negra, atores e atrizes do teatro brasileiro. Quase sempre o TEN inspirou-se e estimulou a criação de uma literatura dramática baseada na experiência afro-



brasileira, dando ao negro a oportunidade de surgir como personagem-herói e não apenas capachos e empregados, o que até então não acontecia.

Não se separando o palco dos acontecimentos político-sociais, de interesse para os descendentes africanos, realizou em 1949 a conferência Nacional do Negro e o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1950, publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer cursos de corte e costura, de alfabetização fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro, promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe.

Tempos depois realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública, diversos trabalhos escritos e outros em forma oral que estão reunidos no volume O Negro Revoltado, organizado por Abdias do Nascimento, o TEN exerceu na sociedade brasileira um grande papel, seja no teatro como na política foi o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia nacional, focalizando o povo de cor, defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos. O TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país.

Ainda segundo Nascimento (1978) na sua obra O Genocídio do Negro Brasileiro, O TEN se desdobrava para atingir seus objetivos, denunciava as formas de racismo sutis e ostensivas, como resistia a opressão cultural da brancura, foi assim que o TEN instaurou a revisão de conceitos e atitudes visando a liberação espiritual e social da comunidade afro-brasileira. Processo esse que se inicia naquele momento convocando o esforço coletivo da presente e das futuras gerações do negro brasileiro, com efeito, o jovem descendente de africanos está demonstrando um promissor espírito rebelde, apesar da ditadura militar, há tentativas de denúncias a inquietudes dos jovens na procura de um caminho válido.

Nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a juventude demonstrava suas ansiedades através, do movimento “Black Mad”³, e músicas “Soul”⁴, que surgiu na década de setenta e tinha como repertório musical nacional, Tim Maia, Sandra de Sá, entre outros como afirma Nascimento (1978). A dança, o vestuário, o

³ Blac Mad, movimento que surge na década de 70, onde os jovens negros se reuniam para a realizações de bailes e festas, assumindo a sua negritude através dos cabelo, vestimentas e músicas como o Sou (NASCIMENTO, 1978, p. 131).

⁴ Musicas ouvidas nos bailes e festas pelos os negros onde se reuniam, que surgiu primeiro nos Estados Unidos depois explodiu no Brasil, na década de 70, e tinha como repertório Tim Maia, Sandra de Sá, Jorge Benjor, Jô entre outros, (NASCIMENTO, 1978, p.131).



corde de cabelo e outros símbolos como demonstrativos de inconformismo e confrontação, mas nem toda juventude está comprometida nesse tipo de atividade e temos como exemplo, o caso do grupo baiano que tenta articular um instrumento para ajudar os negros atingidos pelos preconceitos negativos à sua dignidade de ser humano.

As suas possibilidades como protagonista histórico capaz de contribuir para a história e a cultura do seu povo, sentindo-se ameaçados pela doutrinação e pelo paternalismo do branco, alguns negros na cidade de Salvador fundaram o núcleo Cultural Afro-Brasileiro. Lançou manifesto parcialmente publicado na Tribuna da Bahia, edição de 15 de dezembro de 1976. Assim, “o preconceito não é econômico, como muita gente afirma, pois até nas classes mais baixas os brancos discriminam os pretos de igual posição social” (NASCIMENTO, 1978, p. 131).

Deve-se salientar que várias instituições surgiram na segunda fase do movimento negro assim como a União dos Homens de Cor, o Teatro Experimental do Negro. Segundo Pereira (2013) também outras instituições como, o Teatro Popular Brasileiro, criado por Solano Trindade em 1943, assim como as associações dos Negros Brasileiros, criada em São Paulo em 1945, por Correia Leite e outros militantes.

Assim também, a imprensa negra ganhou novo impulso, com a publicação de diversos jornais de protesto pelo país como nos mostra Domingues (2007, p.110), “Em São Paulo, o Alvorada (1945), o Novo Horizonte (1946), Notícia de Ébano (1957), o Mutirão (1958), Níger (1960), em Curitiba, o União (1947), no Rio de Janeiro, o Redenção (1950) e a Voz da Negritude (1952)”. Registrou-se ainda, o aparecimento da revista Senzala (1946) em 1946, o senador Hamilton Nogueira apresentou à Assembleia Nacional Constituinte um projeto de lei antidiscriminatória, formulado originalmente na Convenção Nacional do Negro, um ano antes, em 1945. Colocado em votação o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se opôs ao projeto, alegando que a lei iria restringir o conceito amplo de democracia, pois dividiam a luta dos trabalhadores.

Como resultado, o movimento negro ficou abandonado por décadas, inclusive pelos setores políticos mais progressistas, a primeira lei antidiscriminatória do país, batizada de Afonso Arinos, só foi aprovada no Congresso Nacional em 1951, após o escândalo de racismo que envolveu a bailarina negra norte-



americana Katherine Dunham, impedida de se hospedar num hotel em São Paulo. Com a instauração da ditadura militar em 1964, o TEN ficou moribundo, sendo praticamente extinto em 1968, quando seu principal dirigente Abdias do Nascimento, partiu para o autoexílio nos Estados Unidos.

TERCEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

De 1978 até os dias atuais, apesar de todos esses acontecimentos com o Abdias do Nascimento e a ditadura militar os negros não deixaram de se articular, se organizarem realizando algumas ações, na década de 1970. No Ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil, em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), a imprensa negra, timidamente apareceu como ainda nos mostra Domingues (2007) com jornais *Árvore das Palavras* (1974); o *Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP.

Em Porto Alegre nascia o Grupo Comemorações do dia 13 de Maio para o dia 20 de Novembro. No Rio de Janeiro explodiu, no interior da juventude negra, o movimento Soul depois batizado de Black Rio, em 1976; no Rio também foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Portanto, essas iniciativas, além de fragmentada, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime.

Em 1978 com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), o movimento negro volta a cena política do país como movimento organizado. Segundo Domingues 2007 tendo sido influenciado na luta dos direitos civis estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King, Malcolm X e organizações negras marxistas, como Panteras Negras nos Estados Unidos, e de outros movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola (DOMINGUES, 2007, p. 112).

Essas influências externas contribuíram para o discurso radicalizado contra a discriminação racial. A política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que participaram da fundação do Movimento Negro Unificado: Flávio Carranço, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira, entre 1977 e 1979. No contexto



rearticulação do movimento negro, aconteceu uma reunião em São Paulo no dia 18 de Junho de 1978, com diversos grupos e entidades negras (CECAN), Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, jornal Abertura, jornal Capoeira e Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros. Nesta reunião decidiu-se criar o Movimento Unificado Contra Discriminação Racial (MUCDR), tendo como sua primeira atividade, a realização de um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44° Distrito de Guaianases.

O ato público foi realizado nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo no dia 7 de Julho de 1978, reunindo cerca de duas mil pessoas, o ato recebeu moções de alguns estados, inclusive de várias associações negras cariocas: Escola de Samba Quilombo, Renascença Clube, Núcleo Negro Socialista, Centro de Estudos Brasil-África (PEREIRA, 2013, p. 248).

Após esse evento em 23 de julho na primeira Assembleia Nacional de Organização e Estruturação da Entidade, foi adicionada a palavra “Negro”, ao nome do movimento, passando a se chamar Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), Neste mesmo ano 1978 foram aprovados o Estatuto e no seu primeiro congresso conseguiu reunir delegados de vários Estados, a luta prioritária era contra a discriminação racial, seu nome foi simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU).

Domingues (2007) no seu artigo movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. O Movimento Negro Unificado (MNU) na sua programação de ação de questões 1982 defendia as seguintes reivindicações:

Desmistificação da demografia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos, luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque a luta era de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional, tendo como objetivo fortalecer o poder político do movimento



negro, o objetivo principal era contestar a ordem social vigente e denunciar publicamente o problema do racismo.

O dia 13 de maio é comemoração da abolição da escravatura, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. Uma característica importante do movimento negro contemporâneo é a reivindicação pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil, contida na Carta de princípios do MNU, essa foi a razão do surgimento de uma das principais organizações do movimento negro contemporâneo: o Grupo Palmares, fundado em 1971, em Porto Alegre por Oliveira Silveira, junto com outros militantes. Segundo Domingues (2007, p. 115) “teve como principal objetivo propor a data de celebração no dia 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares em 1965 como a data a ser comemorada pela população negra, passando a ser o dia Nacional Da Consciência Negra”.

Para os ativistas, Zumbi ainda vive, pois a luta não acabou. Graças a MNU o termo “Negro” ⁵passou a ser usado não mais com conotação pejorativa, mas adotou tanto para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país, quanto para incentivar o negro a assumir sua condição racial e o termo homem de cor praticamente foi abolido, Domingues (2007, p. 115) nos mostra, que foi o “Grupo Palmares que elegeu o Quilombo dos Palmares como passagem mais importante da história do negro no Brasil”.

Foi na segunda Assembleia Nacional do MNU, realizada no dia 4 de novembro de 1978, em Salvador, que ficou estabelecido o dia 20 de novembro como “Dia da Consciência Negra”. O Movimento Negro passou a intervir no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos, na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia sem preconceitos étnicos, na revalidação do papel do negro na História do Brasil, e por fim, ergueu-se a bandeira da inclusão do ensino da História da África nos currículos escolares.

Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura Negra, o movimento organizado africanizou-se a partir daqueles instantes, uma das primícias

⁵ O termo negro era usado de forma pejorativa, após a criação do Movimento Negro Unificado em 1978, com suas lutas o termo homem de cor foi abolido pelas instituições negras e assumindo termo Negro para designar todos os descendentes de africanos escravizados no Brasil (PEREIRA, 2013, p. 258).



além de combater o racismo, a promoção de uma identidade étnica específica do negro, o discurso da negritude do resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância. Como assinala Maria Angélica Motta Maués na obra da Branca Senhora ao Negro Herói (MAUÉS, 1991, p. 125).

Trata-se da adesão a uma estética da negritude - Vestuário, penteados, adereços, ditos afro. Além de sua própria imagem, de adesão deve passar pela valorização e mesmo adoção de elementos da cultura africana, tais como música, dança, jogos, e até hábitos alimentares, traduzidos nos jornais em receitas atribuídas aos antigos descendentes de escravos. Para completar o modelo, insiste-se na adoção, para as crianças, de nomes africanos, que aparecem sempre nos jornais acompanhados de sua tradução para o português (MAUÉS, 1991, p. 125).

O movimento negro ainda desenvolveu, nessa terceira fase, uma campanha política contra a mestiçagem, apresentando-se como uma armadilha ideológica alienadora, a avaliação era de que a mestiçagem sempre teria cumprido um papel negativo de diluição da identidade do negro no Brasil.

O mestiço seria um entrave para a mobilização política daquele segmento da população, para essa geração de ativistas, a mestiçagem historicamente sempre esteve a serviço do branqueamento, e o mestiço seria o primeiro passo desse processo, por isso defendiam os casamentos do negro com os do mesmo grupo racial, ou seja, com mulher negra, e vice-versa. Para Nascimento (1978), os casamentos “inter-raciais”⁶ produziam o fenômeno da mestiçagem que, por sua vez, redundariam em longo prazo em etnocídio. O discurso nacional pró-mestiçagem era assim concebido como uma estratégia da classe dominante para provocar o genocídio do negro no país.

O ano de 1978 se transforma em um marco fundamental da constituição do chamado movimento negro contemporâneo no Brasil com a fundação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), que em 1979 esta organização passou a ser denominada somente de Movimento Negro Unificado (MNU), por ser uma das entidades que existe até hoje e sempre teve representações em vários estados do país. Aborda-se com mais detalhes o processo de formação e atuação desta entidade, consta nos documentos do MNU (1978) carta convocatória para o ato público contra o racismo, assinala:

⁶ Casamentos entre brancos e negros, configurando-se a mestiçagem no país (Grifo da autora).



Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolveram criar um movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a comunidade é submetida [...] A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da comunidade afro-brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano (PERREIRA, 2013, p. 247).

O Movimento Unificado contra a discriminação racial foi criado para que os direitos da população negra fossem respeitados e, como primeira atividade, este movimento fez um ato público no dia 7 de julho, às 18h e 30min, no Viaduto do Chá, em São Paulo, com objetivo de protestar contra acontecimentos de discriminação racial amplamente divulgada pela imprensa.

O contexto político brasileiro, e as articulações com os partidos de esquerda estabeleciam-se, por intermédio de alguns militantes, cuja experiência podia ser importante para o movimento, a própria fundação do MNU em 1978, também contou com interlocuções e organizações de esquerda a Convergência Socialista, mais precisamente a Liga Operária, da qual fazia parte um grupo chamado Núcleo Negro Socialista. O MNU traz uma nova perspectiva para se pensar a questão racial do ponto de vista do ativismo, articulando os temas raça e classe. Após a realização do ato público e a constatação da repercussão alcançada pelo então Movimento Unificado contra Discriminação Racial, em reunião realizada no dia vinte e três de julho a palavra Negro segundo Pereira (2013), foi inserida dando nova feição ao movimento com a inserção da palavra negro.

Ao invés da construção de uma frente ampla reunindo todos os discriminados⁷, como queriam algumas lideranças, optou-se a criar ali uma organização que reunisse somente as entidades e grupos de negros que já estavam surgindo pelo Brasil naquele momento. Outra decisão tomada no dia 23 de julho foi a criação de uma comissão interestadual que ficaria responsável pela elaboração das propostas de uma carta de princípios, e do estatuto da organização. Para Domingues (2007, p. 114) significava que “Após a criação do estatuto e a carta de princípios, podemos dizer que ficou consolidada a fundação no MNU, que veio do dia 18 de junho, passou pelo dia 7 de julho, 23 de julho e 9 de setembro. Esse ciclo vai fechar no dia 4 de novembro de 1978”.

⁷ Discriminados seria a população negra (Grifo da autora).



Após a consolidação da criação efetiva do Movimento Negro Unificado em São Paulo, foram criadas várias organizações por todo o país como mostra Pereira (2013, p. 266).

Exemplo de Pernambuco, fundado o MNU em 1979, incentivou e possibilitou a formação de outras organizações, em 1979, formaram-se o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, a Associação Cultural Zumbi, em Maceió, os blocos: afro Olodum e Malê Debalê, em Salvador, o Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo entre outros. Em 1981 foi criado o grupo de União e Consciência Negra, que surge vinculado com a Igreja Católica, com a qual rompe ainda o início dos anos 1980. Houve ainda entidades formadas no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e que também tinham no MNU uma importante referência para sua criação (PEREIRA, 2013, p. 266).

O Centro de Cultura Negra do Maranhão é até hoje uma das principais organizações do movimento negro fora do eixo Rio e São Paulo. Está ligada diretamente à construção de uma rede de organizações negras do Norte e Nordeste do país que teve grande importância em âmbito nacional. Pereira (2013, p.267) diz que “a principal liderança no processo de criação do CCN foi Mundinha Araújo, nascida em São Luís, em 1943, e formada em comunicação social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão em 1975”. Um dos irmãos de Mundinha que tinha ido estudar no Rio de Janeiro havia voltado ao Maranhão de férias, no final da década de 1960, com o cabelo Black Power e com um discurso sobre a existência de racismo que, não era comum no Maranhão.

Mundinha contou em entrevista, que tinha Ângela Davis como referência, quando vi aquela mulher com aquele cabelo natural imenso, e os Jackson Five, aquela família todinha, aí eu me encantei, eu disse: eu vou deixar meu cabelo ficar assim, questão do assumir-se negro, colocado por Pereira (2013) ao relato que:

Em 1967, eu vou ao Rio pela primeira vez. Fiquei lá onde meu tio morava, em parada de Lucas, mas ia ao centro. E já tinha o movimento hippie, aquelas pessoas com as túnicas, saias longas, e já tinha negros também usando o Black Power. Eu disse: Meu Deus! (...) Fui acompanhando a lavagem cerebral que eu tive para o bem, para eu assumir como negra (...). E lá as pessoas davam força, porque era novidade você ir deixando o cabelo natural. Foi no final dos anos 1960, quando já tinha o movimento Black Rio, na Zona Norte, e eles já estavam todos com aqueles cabelos enormes, passavam perto de mim e cumprimentavam. Pronto, eu comecei a ver que estava relacionada de fato com a comunidade (PEREIRA, 2013, p. 268).



O MNU estava forte em 1979. Em 1980, foi criado em Belém o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, outra organização importante fora do eixo Rio e São Paulo. Esta consolidação se deu em virtude de estar articulado com a criação do Memorial Zumbi, em 1980, na Serra da Barriga, em Alagoas. Em 1980, a Universidade Federal de Alagoas decidiu convidar um grupo de intelectuais e militantes negros para discutir a criação de um parque Nacional Zumbi dos Palmares no local histórico onde existiu a Capital do Quilombo dos Palmares. Resistiu por quase um século a diversas tentativas de destruição por parte do poder colonial português e até mesmo de invasores holandeses, e chegou a abrigar cerca de trinta mil pessoas antes de ser finalmente destruído em 1695, o que segundo Pereira (2013, p. 272):

O projeto original tinha um caráter predominantemente turístico, mas com a chegada dos intelectuais e militantes negros, realizada a reunião para discutir o projeto que virou de ponta cabeça, passando a ter um caráter político-ideológico, Abdias do Nascimento, Lélia Gonçalves e o próprio Joel Rufino dos Santos entre outros tiveram um importante papel no que diz respeito à politização do processo de criação do Memorial Zumbi (PEREIRA, 2013, p. 272).

Em julho de 1981, Abdias do Nascimento apresentou um trabalho, em nome do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi, na 33ª Reunião da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência, realizada em Salvador. Nesse trabalho Abdias denunciava a tentativa de folclorização provisória do Parque Histórico Nacional Zumbi dos Palmares. Em sua proposta o MEC (1980) nos traz:

Ao concluir que a criação do parque Histórico Nacional Zumbi dos Palmares, indicará um caminho que possibilite promover a valorização dessa história, ao tempo em que proporcionará o aproveitamento dos recursos turístico-culturais em potencial. Completando o cenário da exploração turística de Palmares, o documento propõe a identificação do mercado turístico promissor e a promoção e divulgação da oferta turística da área (NASCIMENTO, 2008, p. 183).

Ainda, a definição do parque não ficou de acordo com a proposta do MEC, os executores do projeto assumiram um novo critério de consulta e participação crítica afro-brasileira.

Foram convocados a participar da primeira reunião para definição da proposta, acontecendo um seminário nos dias 22 a 24 de agosto de 1980, vários representantes de entidades e organizações negras, como mostra Pereira (2013),



Como o Movimento Negro Unificado (MNU) da Bahia, do Ceará e de São Paulo, o Movimento Alma Negra do Amazonas, o Centro Estudos e Defesa do Negro do Pará, o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiro do Rio de Janeiro, o Centro de Estudos afro-brasileiro de Brasília, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, entre outros grupos. Abdias relatou que o plenário desse seminário era composto em sua maioria por representantes da comunidade negra, mas contava também com quatorze delegados das instituições oficiais responsáveis da Universidade Federal de Alagoas, Capes, Governo do Estado de Alagoas e Prefeitura de União dos Palmares, formando um total de setenta participantes.

Ao final o plenário rejeitou a natureza comercial, turística, folclórica dos objetivos manifestados na proposta do MEC, nos relatos de Nascimento (2008) que se encontra no Memorial Zumbi, tem como primeira meta, estabelecer como polo de uma cultura de libertação do negro. Entre os objetivos assinalados nesse esquema figuram os seguintes:

Exigir do sistema oficial de ensino a correção dos currículos escolares, omissos e injustos com a comunidade afro-brasileira, constituir um tribunal antirracista para julgamento dos casos de discriminação e racismo. Resguardar juridicamente os direitos humanos da comunidade afro-brasileira, tais como posse de terra, integridade física e oportunidade de emprego (NASCIMENTO, 2008, p, 184).

Percebe-se que o Movimento Negro contemporâneo ganhou forças e se consolidou com o pensamento de defesa e contra a discriminação racial e reconhecimento do valor histórico social do negro na construção social do país, deve-se saber que as regiões Norte e Nordeste também participaram ativamente do Movimento Negro contemporâneo. É o caso do primeiro encontro de Negros do Norte-Nordeste em 1981, na cidade do Recife, em 1982; em João Pessoa, 1983; em São Luiz do Maranhão, em 1984; Maceió, em 1985; Salvador, em 1986; foi Aracajú, 1987; foi em Belém do Pará, em 1988; novamente em Pernambuco, em 1989; na Bahia e em Natal, a primeira instituição foi criada em 1989, com o nome Fundação Quilombo, a sede se encontra localizada na cidade de Parnamirim, região metropolitana do Natal RN, tendo como presidente Elizabete Silva.

A partir da década 1980, além da continuidade de estratégias do movimento foi possível perceber nitidamente, em alguns setores do movimento, o surgimento de novas estratégias de atuação, principalmente com a volta das



eleições diretas para os governos estaduais em 1982 e com a vitória de candidatos da oposição ao regime militar em estados importantes como Rio de Janeiro e São Paulo. Havia então entre os ativistas negros que buscavam a construção de espaços de interlocução com poderes públicos, especificamente nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo. Nesse momento foram criados os primeiros órgãos governamentais para tratar das questões relacionadas à população negra brasileira.

Os setores mais radicais do movimento negro discordavam com essas articulações, diziam que o movimento deveria lutar contra o racismo de maneira independente, sem vinculação com partidos políticos nem com o Estado, essas críticas cresceram em 1980, quando alguns setores do movimento negro tiveram a oportunidade esporádica de ocupar espaços dentro da máquina pública.

Em 1984, com a campanha de diretas já, foi um momento de grande importância e articulação entre os setores do movimento negro e outras organizações política, ainda na primeira metade da década de 1980, alguns militantes negros participaram da fundação e da organização de novos partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT).

A questão racial não era considerada tema pertinente dentro dos partidos, mesmos os de esquerda, diante da prevalência da luta de classes. Em 1980, Abdias do nascimento participou, juntamente com Leonel Brizola e outros políticos, da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), surgindo no cenário político uma preocupação com a causa do negro, firmando o PDT o compromisso de buscar de forma mais eficaz de fazer justiça aos negros e aos índios, que além da exploração geral de classe, sofrem discriminação racial e étnica, sendo injusta e dolorosa. Esse compromisso foi posteriormente reforçado no próprio Estatuto do PDT, que dizia, entre outras o seguinte:

O quarto compromisso programático do PDT é com a causa das populações negras, como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional. Este compromisso nós concretizaremos no combate à discriminação social em todos os campos, em especial no da educação e da cultura e nas relações sociais em todos os campos, [...] A democracia e a justiça só se realizarão, plenamente, quando forem erradicados de nossa sociedade todos os preconceitos raciais, e forem abertas amplas oportunidades de acesso a todos, independentemente da cor e da situação de pobreza (PEREIRA, 2013, p. 290).



Este compromisso político assumido em relação à questão racial no Brasil pelo PDT, por Leonel Brizola, seu principal líder, ficou visível quando pelo esforço que o então recém-eleito governador do Rio de Janeiro para que Abdias Nascimento fosse empossado como deputado federal em 1983, e pudesse então levar as discussões raciais para o Congresso Nacional naquele período, como lembrou Edson Cardoso em sua entrevista no livro *O mundo negro*, de Pereira (2013), Abdias havia se tornado o terceiro suplente da legenda do PDT nas eleições para deputado federal em 1982, o que exigiu que Brizola nomeasse para cargo no poder Executivo do estado do Rio os dois primeiros suplentes para que Abdias pudesse ocupar a vaga de deputado no Congresso Nacional com frequência entre 1983 a 1986.

Anos mais tarde, a chapa vitoriosa do PDT para Senado Federal nas eleições de 1990 foi composta por Darcy Ribeiro, Doutel de Andrade como primeiro suplente e Abdias Nascimento como segundo suplente. Com a morte de Doutel de Andrade no dia sete de janeiro de 1991 e Darcy Ribeiro em fevereiro de 1997, esses acontecimentos levou Abdias a assumir a vaga no senado entre 1997 e 1998.

Com a forte presença de Abdias que entre 1981 e 1995 foi escolhido vice-presidente do partido, e o compromisso político assumido pelo PDT em relação à questão racial, fizeram que outra liderança nacional do movimento negro, Lélia Gonzalez, também ingressasse nos quadros do PDT. Lélia que havia disputado a eleição para deputado federal de 1982 pelo Partido dos Trabalhadores, filiando-se mais tarde ao PDT, disputando em 1986 ao cargo de deputado federal não conseguindo se eleger. No Rio de Janeiro Leonel Brizola em 1983 demonstrou compromisso político nomeando pela primeira vez, três negros para exercerem o cargo de secretários do estado: a médica Edialede Salgado do Nascimento, que ocupou a Secretaria de Promoção Social; o jornalista Carlos Alberto de Oliveira secretaria de trabalho, e o Coronel da Polícia Militar Carlos Magno Nazareth Cerqueira, empossado na secretaria da Polícia Militar e no segundo governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro em 1991-1994, foi criada a secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção da população Negra (SEDEPRON), posteriormente nomeada Seafro, cujo titular foi Abdias Nascimento.

Durante as articulações para participação do movimento no processo da campanha das diretas, houve várias discussões sobre a autonomia do



movimento negro em relação a partidos políticos e grandes disputas decorrentes dessas discussões principalmente de quem participariam do comitê pró-diretas do Rio de Janeiro, como se pode observar na entrevista de Amauri Mendes Pereira, na obra *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*:

O Abdias era deputado federal pelo PDT e nós não queríamos dizíamos que o movimento não pode ser partidarizado, tem que ser alguém de fora. Ai eu fui eleito segundo o entre mais de cem pessoas, entre militantes e representantes das organizações do movimento que já atuavam desde a década de 1970 no Rio de Janeiro estavam presentes, hoje podem ser encontradas com menor frequência no âmbito do movimento negro a questão da autonomia do movimento social negro (PEREIRA, 2013, p. 292-293).

O movimento das diretas já foi um marco importante pela luta do fim do regime militar no Brasil e o movimento negro mais uma vez se organizou para participar diretamente do processo da campanha das diretas já como vimos o relato acima do Amauri Mendes. A convenção Nacional “Negro e a Constituinte”, organizada pelo MNU em Brasília em 1986, acabou tornando-se um importante evento para o movimento negro naquele período, como afirmou Zélia Amador de Deus:

Em agosto de 1986, o MNU puxou um congresso pré-constituente em Brasília, Aberto para todas as entidades do movimento negro do país, independentemente de serem filiadas ou não a MNU. Foi nesse congresso que surgiram as propostas do racismo como crime e também das terras de quilombos, que acabou se tornando o Artigo 68 das disposições Transitórias da Constituição (PEREIRA, 2013, p. 299).

Percebe-se claramente a importância do movimento negro pelas lutas e conquistas de direitos para população negra e a MNU e outras organizações e Líderes participativamente sempre lutaram por seus direitos outro marco importante foi no final década de 1990 e o início dos anos 2000, está diretamente ligado ao início da luta pelas ações afirmativas para negros no Brasil que mais a frente explica-se com mais detalhes, para concluir este capítulo, aborda-se a criação Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial a Seppir, ligada à presidência da República, ela foi criada em 21 de março de 2003, durante o primeiro ano do governo Lula.



É comum pensar que o movimento negro, organizado só começa nos anos 1930 por meio da Frente Negra Brasileira, sendo retomadas décadas depois, com o florescimento do Movimento Negro Unificado, no final dos 1970, isso nos permite afirmar que o movimento negro contemporâneo já acumula experiências de gerações, sendo herdeiro de uma tradição de luta que atravessa praticamente todo o período republicano, e através das múltiplas modalidades de protesto e mobilização que o movimento negro vem dialogando com o Estado e principalmente com a sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desse movimento vem se caracterizando pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo no Brasil.

O Movimento Negro teve, têm e continuará tendo uma importância muito significativa para as conquistas que já obtiveram e as que ainda estão por vir para a população negra deste país, população essa responsável pelo desenvolvimento desta nação, através da sua força de trabalho explorada até o último suor e sangue, sem ter direito ao mínimo que um ser humano necessitava para viver bem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George Reid. **O protesto político negro em São Paulo**. (1888-1988) Rio de Janeiro: Artmed, 1991.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. www.scielo.br. Acesso dia 14/09/2014 às 10:49.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. **Da branca senhora ao negro herói**: a trajetória de um discurso racial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: um processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Memorial Zumbi**: a conquista do movimento negro. São Paulo: Selo Negro, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O mundo negro**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro, Pallas: FAPERJ, 2013.